



cpa Comissão Própria de Avaliação

Anexo 1 - PPI

Projeto Político Pedagógico Institucional

Rio de Janeiro – Junho de 2006





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

Maria Georgina Muniz Washington

Lúcia de Assis Alves

José Ricardo Campelo Arruda

Tânia Maria de Castro Carvalho Netto

Ana Sara Korenchender

Neide dos Santos

Maricélia Andrade Bispo

Maria Therezinha Nóbrega da Silva

Ana Maria Delduque Vieira Machado

Junho de 2006

1 – O Cenário

*“A Universidade sempre foi uma **instituição social**, isto é, uma **ação social**, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimentos e legitimidade internos a ela.” (Chauí, 1999, p.217)*

Assistimos a uma mudança técnico-científica e sócio-econômica profunda, materializada na formação da nova sociedade da informação e do conhecimento, globalizada, cujo núcleo é constituído por uma economia baseada no conhecimento, suportada em meios digitais e em processos contínuos de inovação com apelo à criatividade, na procura da diferenciação de novos produtos, processos e serviços. Em paralelo à consolidação da sociedade da informação, crescem, em nível mundial, especialmente, as desigualdades econômicas e sociais, apartando de todos esses bens um número cada vez mais de indivíduos sem acesso à cidadania plena.

Neste sentido, as Universidades Brasileiras têm uma contribuição importante para com a diminuição das assimetrias sociais e econômicas e no tocante ao combate às desigualdades de acesso ao sistema de ensino superior, buscando desenvolver novas metodologias de ensino que apontem, em especial, para a melhoria do ensino fundamental e médio. A formação de pessoal qualificado para exercer o magistério vêm contribuindo para que as licenciaturas sejam desenhadas com o compromisso inadiável de não tornar a escola um fator de exclusão social.

O presente documento considera ainda que, um dos papéis mais relevantes da Universidade, é o de indutor de transformações sociais necessárias à construção de uma cidadania plena que engloba formação profissional qualificada assegurada através do pressuposto da indissociabilidade entre a produção do saber, a formação acadêmica e profissional e a transferência de conhecimentos, de modo a contribuir para o desenvolvimento da Região Fluminense e do País.

Esta reflexão, que permitiu o delineamento do perfil institucional, começou pela análise do conceito de universidade, passou pela caracterização desta universidade nos dias

atuais e ousou prever o seu papel no futuro próximo para, só então, chegar ao âmago da questão que é a missão desta instituição com seu compromisso histórico e político de instrumentalizar a comunidade fluminense na busca conjunta de soluções técnico-científicas e sócio-políticas para seus principais e emergentes problemas.

O Projeto Político Pedagógico Institucional explicita, pois, os princípios básicos da missão da UERJ, coerentes com a sua visão de sociedade, de homem, de mundo e de cidadania. Deste modo, destaca seu compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como com o humanismo, a pluralidade e a ética, com a excelência acadêmica e com o respeito à diversidade de pensamentos e práticas pedagógicas.

Objetivando viabilizar o papel estratégico da educação superior, a UERJ desenvolve o seu Projeto Político Pedagógico Institucional, visando contribuir para com a transformação social, levando em conta a dinâmica das informações e de conhecimentos contemporâneos e suas especificidades, implicando na adesão de novas atitudes e diretrizes, procurando identificar as conexões possíveis na formação de novas competências que apontem a uma cidadania plena e a inclusão social, a partir de um novo profissional, fruto do aprimoramento técnico, ético, cultural e político.

2 – Considerações Iniciais

O Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ considera as constantes mudanças em todos os setores da sociedade, bem como a necessidade de profundas transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas no país e em especial no Estado do Rio de Janeiro. Este (re)pensar deve orientar práticas afirmativas que conduzam à consecução dos objetivos institucionais assegurando a devida e necessária articulação entre a produção do saber, a formação acadêmica e profissional e a transferência de conhecimentos, esta última como mola propulsora da modificação do *status quo* social.

As transformações ocorridas na sociedade em face da nova etapa do desenvolvimento científico e tecnológico tornaram historicamente superadas as formas tradicionais de educação, com suas propostas pedagógicas e espaços definidos a partir do setor produtivo organizado segundo o paradigma taylorista-fordista de modelo de organização.

Dessa forma, as tendências contemporâneas caracterizam-se pela incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos e de serviços, exigindo, cada vez mais, qualificação dos profissionais através de conhecimentos, habilidades, valores éticos, comportamento pró-ativo, criatividade, independência, pensamento crítico e teórico-científico, para assim capacitá-los a enfrentar permanentemente situações novas e incertezas.

Para as instituições de ensino, em seus distintos níveis e modalidades, este é um novo cenário. No campo do ensino e da produção de conhecimentos, as abordagens disciplinares específicas vão mostrando seus limites, passando-se a exigir o tratamento inter e transdisciplinar e o estabelecimento de conexões entre as diversas áreas do conhecimento, na medida em que, como instituição social referenciada, a universidade desenvolve suas ações privilegiando os processos de ensino, de pesquisa e de extensão e cultura.

Sendo assim, a política de graduação da UERJ considera que uma das funções primeiras da Universidade é a formação de profissionais qualificados para o setor produtivo, mas considera, também, que nesta qualificação profissional deve-se ampliar as fronteiras não só de conhecimentos, mas da ética, do pensamento crítico, do compromisso social, em busca da plena cidadania. A definição e execução da política da pós-graduação e pesquisa da UERJ devem ressaltar o compromisso da Universidade com a realidade social, econômica, cultural, geográfica e tecnológica do Estado do Rio de Janeiro. Isto não significa, contudo, que a pesquisa e o ensino na pós-graduação devam estar atrelados, unicamente, aos interesses do Estado, ferindo o princípio da liberdade da pesquisa e o da autonomia universitária. Quanto às ações de extensão e cultura, a UERJ considera tratar-se de um processo educativo e científico, o qual articula ensino e pesquisa, de forma indissociável, possibilitando o estabelecimento de transformações de caráter interativo entre a Universidade e a Sociedade.

Para a implantação deste Projeto, a Universidade identifica que a dinâmica das informações e dos conhecimentos contemporâneos e suas especificidades implicam na adoção de novas atitudes, e na geração de novos comportamentos profissionais, em que devem ser ressaltadas as conexões e as novas competências e habilidades no desenho de um novo desempenho acadêmico-profissional, tendo como orientação as seguintes diretrizes:

- ✓ Ênfase na análise crítica, como instrumento de mudança;
- ✓ Relevância para a interação universidade – sociedade;
- ✓ Integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- ✓ Democratização do acesso à Universidade;
- ✓ Preocupação sistemática com a melhoria do atendimento às necessidades sociais;
- ✓ Relevância para o desenvolvimento de seus recursos humanos;
- ✓ Permanente integração entre os diferentes subsistemas que compõem a Universidade;
- ✓ Incentivo à produtividade e à qualidade da produção técnico-científica, visando seus impactos e compromissos sociais.
- ✓ Constante atualização dos currículos, como produto e processo que a Universidade disponibiliza à sociedade, objetivando a formação com qualidade dos egressos com o perfil profissional capaz de satisfazer as exigências da sociedade contemporânea;
- ✓ Implantação de novos cursos de graduação considerados relevantes para o desenvolvimento das comunidades local e regional e que efetivem o compromisso da UERJ de consolidar e ampliar o acesso à educação de nível superior
- ✓ (Re)discussão e (re)elaboração dos projetos pedagógicos existentes, com vistas à melhoria dos programas de ensino, com especial atenção aos parâmetros de qualidade dos cursos de graduação e de licenciaturas;
- ✓ (Re)discussão e (re)elaboração do Regimento Geral e do Estatuto da Universidade.

Objetivando viabilizar o papel estratégico da educação superior no país, o Projeto Político Pedagógico Institucional da UERJ visa contribuir para as transformações da sociedade, levando em conta a dinâmica própria da contemporaneidade, suas especificidades e impasses. Isto certamente implica em novas ações, no âmbito das propostas de mudança com qualidade e comprometimento social, na medida em que, a todo momento, esses desafios estão postos para a universidade, que se defronta com eles e aos mesmos reage de forma diferenciada. Boaventura Santos (1999, p.187) analisa com profundidade esses desafios ao comentar que:

“Duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares. Aliás, tal impreparação, mais do que conjuntural, parece ser estrutural, na medida em que a perenidade da instituição universitária, sobretudo no mundo ocidental, está associada à rigidez funcional e organizacional à relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim, à aversão à mudança.”

Estas mudanças visam a implantação de novas competências e habilidades na formação e no desempenho acadêmico, no desenvolvimento da pesquisa e na promoção social, tendo como foco de orientação os seguintes princípios norteadores:

- ✓ Fundamentar-se na universalidade, pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, preservando os valores éticos e a permanente busca da excelência;
- ✓ Preservar, desenvolver e promover o conhecimento, através dos processos de ensino, pesquisa e extensão como meio de interação permanente com a sociedade;
- ✓ Contribuir para a formação de um cidadão pleno, crítico, ético comprometido com a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.
- ✓ Propiciar mecanismos para a manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando na flexibilização curricular o enriquecimento da formação;
- ✓ Estimular e promover a cooperação institucional nacional e internacional;
- ✓ Formar profissionais empreendedores nas diferentes áreas do conhecimento, com capacidade de empregabilidade e de intervenção social;
- ✓ Estimular a inovação, com a implantação de incubadoras e pólos de conhecimentos & inovação;
- ✓ Desenvolver modalidades de educação à distância, nas diversas áreas de competência da UERJ, oferecendo contínuo processo de capacitação qualificada e acesso ao conhecimento;
- ✓ Estimular o desenvolvimento de projetos sociais para com a sociedade fluminense;
- ✓ Manter a unidade de patrimônio e administração, a fim de alcançar níveis de qualidade e o desenvolvimento de seus processos de gestão;

- ✓ Buscar uma forma de gestão e de organização estruturadas democraticamente de modo a permitir que seus discentes, docentes e técnico-administrativos participem ativamente das ações propostas e desenvolvidas na Universidade.

3 – Histórico da Universidade

A tarefa de pensar a Universidade do Estado do Rio de Janeiro para elaborar seu Projeto Político Pedagógico Institucional nos remete a sua história.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi fundada com o nome de Universidade do Distrito Federal/UDF, através da Lei nº 547, de 4 de Dezembro de 1950, a partir da união das chamadas quatro escolas fundadoras: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Jurídicas do Catete, Faculdade de Ciências Médicas e Faculdade de Ciências Econômicas. Essa junção de escolas se refletiu no seu funcionamento devido à confluência de interesses de ordem pragmática. Poderia, ainda, a Universidade criar ou incorporar institutos ou organizações, desde que esses possuíssem patrimônio próprio e capacidade de automanutenção.

A nova Universidade nasceu como um agregado de faculdades autônomas, sem qualquer organicidade do ponto de vista institucional, voltadas para o ensino e a formação profissional, sem investimento em pesquisa nem na inovação do conhecimento. Os docentes se limitavam a dar aulas e, se tinham interesse em pesquisa, deveriam desenvolvê-la em outra instituição, mantendo a Universidade como complementação salarial. Estava-se diante de uma instituição de baixa densidade científica.

Em 1958, a Lei n^o 909/1958 alterou a regulamentação interna da Universidade: 1- ganhou a denominação de Universidade do Rio de Janeiro –URJ que, com a criação do Estado da Guanabara em 1961, passou a se chamar Universidade do Estado da Guanabara – UEG; e 2- adquiriu a forma de Fundação, tornando-se a primeira instituição universitária a ter esse regime jurídico. O governo consolidou a encampação das unidades isoladas, incorporou o Hospital Pedro Ernesto e participou ativamente da aquisição do local para a construção do *Campus* Universitário, no Maracanã.

Ultrapassada a fase de aglomerado de escolas isoladas e já possuindo uma estrutura administrativa, a UEG dedicou-se ao desenvolvimento de dois projetos: patrimonial e educacional. Com a criação do novo Estado e a transferência do centro político para Brasília, estreitaram-se os laços entre os dirigentes universitários e o governo estadual, de sorte que a instituição passou a receber incentivos políticos e financeiros para sua consolidação

patrimonial. Foi erguido o Campus Francisco Negrão de Lima, no Maracanã, que reuniu, em sua estrutura vertical, as várias unidades, possibilitando não só a homogeneização política e administrativa como também a maior centralização do poder. A partir daí a Universidade direcionou seu projeto educacional ao mercado de trabalho.

Aprovada a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68), que exigia a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, a preservação da relação Universidade/Sociedade através das atividades de extensão e a preocupação com os princípios de flexibilidade e integração, a UEG precisou modificar o modo como a carreira docente era tratada de modo a prepará-la para a implantação do regime de tempo integral. Foi organizada a pós-graduação e estruturada a instituição em departamentos, que surgiram como unidades universitárias, dentro das quais seriam organizados o ensino, a pesquisa e a extensão. A carreira docente passou a ser constituída por três categorias: titular, adjunto e assistente, sendo o seu acesso feito mediante convite para o cargo de auxiliar de ensino em caráter probatório e a respectiva ascensão através de ato do Reitor. A implantação do tempo integral, a dedicação exclusiva e a qualificação dos docentes eram questões em discussão e um dos instrumentos que a Universidade utilizou para esse fim foi a criação, em 1971, do Centro de Produção do Estado da Guanabara (CEPUEG). Esse Centro abria novas perspectivas de mercado de trabalho, através da prestação de serviços à sociedade com captação de recursos, que permitiam aos docentes envolvidos, por receberem salários superiores, permanecer e dedicar-se à Universidade.

Com a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, é alterada a denominação para Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, através do Decreto-Lei nº 67, de 11 de abril de 1975.

Após esses 25 anos, a UERJ ainda mantinha uma baixa produtividade com seu quadro docente constituído de 70% de auxiliares de ensino, sem capacitação e sem envolvimento com a pesquisa, que, à época, surgia por força de iniciativas individuais dos poucos docentes doutores.

Em 1979, a UERJ instituiu o Programa de Capacitação Docente que, visando a qualificação dos docentes, permite o seu afastamento temporário, com retorno e vencimentos garantidos. O objetivo desse programa constituiu-se em reverter esse quadro de baixa produtividade por falta de docentes doutores e também incentivar a formação complementar dos pesquisadores, através de estágios de pesquisa e pós-doutoramento, e

desse modo alcançar o patamar mínimo exigido pelas agências reguladoras da pesquisa e da pós-graduação.

Para incrementar a pesquisa e a pós-graduação, a UERJ, em 1987, criou o Programa de Professor Visitante. Essa iniciativa fazia parte da política de captação de recursos de alto nível, capazes de prestar real contribuição à instituição, com reflexos na pesquisa, no ensino de graduação e na extensão.

Não parece difícil compreender como podemos processar a articulação entre as três funções básicas da universidade. Com relação à pesquisa, a universidade possui um leque bastante diversificado de possibilidades de trabalho em diferentes setores da sociedade, criando, assim, vínculos entre os pesquisadores e a comunidade. Essa interação permite identificar o que deve ser pesquisado e para que fins e interesses precisam ser criados novos conhecimentos, de modo a possibilitar o desenvolvimento científico e paralelamente atender as demandas e necessidades da sociedade. Quanto ao ensino, um novo conceito de sala de aula pode ser pensado, que não se limite ao seu espaço físico, mas que abarque outros espaços, dentro e fora da universidade, e envolva tanto o corpo discente e o docente como as comunidades participantes. Essa dinâmica pode absorver o estágio curricular como prática profissional e de formação da consciência social, com vistas ao compromisso político, integrado a projetos extensionistas intra e inter-departamentais.

Ressalte-se que na UERJ, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão vem sendo buscada desde o início da década de 90, com a criação da Sub-reitoria de Extensão e Cultura, que passou a desenvolver projetos e programas de extensão, envolvendo a pesquisa e a participação de alunos de graduação na prática cotidiana junto às comunidades participantes e/ou atendidas. O desenvolvimento das ações extensionistas é bastante difícil devido, principalmente, à total falta de financiamento por parte das agências de fomento, como também pela respectiva desvalorização em relação às outras funções da universidade, o que pode ser entendido como uma “herança” de sua origem, tida como prática assistencialista sem qualquer envolvimento com a pesquisa e o ensino.

O grande desafio das universidades é fazer da extensão a ponte necessária entre o ensino, a pesquisa e a cultura, e levar o conhecimento produzido dessa forma articulada para atender as necessidades sociais, políticas e até mesmo assistenciais.

No final da década de oitenta, a questão da dedicação dos docentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão ainda era um problema, uma vez que a maior parte dos professores não possuía tempo integral na Universidade. O regime de tempo integral e

dedicação exclusiva tornara-se indispensável para que a Universidade cumprisse satisfatoriamente as suas funções. Em 1995, através da Deliberação 001/95 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, foi implantado, na UERJ, o Prociência – sistema de dedicação exclusiva concebido como um programa de excelência, com ingresso voluntário, admissão seletiva e reavaliação periódica e competitiva a cada três anos. Outro fator de destaque é a remuneração em forma de bolsa, não se configurando como complementação salarial, nem se incorporando ao salário dos docentes.

Para a UERJ, este Programa, assim como a regulamentação da carreira docente, na década de 1990, foram passos muito importantes. Até esse período, a Universidade era vista como um grande escolão, que se dedicava basicamente ao ensino de graduação, com um número pequeno de cursos de pós-graduação e de grupos de pesquisa e sem um sistema de avaliação de seu desempenho e de suas necessidades. A avaliação sistemática dos docentes procientistas exigiu uma ampla discussão do perfil de professores e pesquisadores que a instituição desejava ter em seus quadros e ocasionou o aumento gradativo da valorização das atividades de pesquisa e da produção científica.

Novo século e novas mudanças significativas foram realizadas. Em 2001, por força da Deliberação nº 047, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão criou mais um programa de extensão — o do Artista Visitante, a fim de que artistas das áreas de Literatura, Artes Plásticas, Cinema, Música e Artes Cênicas realizem cursos e oficinas direcionados ao público universitário e à comunidade em geral.

A partir do vestibular em 2003, o acesso à Universidade foi democratizado através da implantação do sistema de cotas, que visa a atender uma parte da sociedade em condições desiguais de competitividade na seleção dos candidatos aos cursos universitários. Durante esses quatro anos, a UERJ vem discutindo esse sistema a fim de aperfeiçoá-lo e melhor contemplar as políticas públicas adotadas pelo Governo do Estado.

Outra função, que devemos destacar na UERJ, é a pós-graduação, que, como em todo o país, constitui-se em uma das realizações mais bem sucedidas no conjunto do sistema de ensino universitário. Seu crescimento derivou de uma política concebida e conduzida pelas instituições públicas com o engajamento da comunidade acadêmica brasileira.

O desempenho da pós-graduação na UERJ fica demonstrado não só na criação de um significativo número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (85%) e *lato sensu* (27%), como também no aumento de sua produção científica (de cerca de 415%: de 4652 para 23.919 trabalhos relevantes declarados pelos docentes de 1995 a 2003). A

mobilização permanente da comunidade acadêmica ainda se expressa através do processo contínuo de integração com a comunidade científica internacional, através de seu Departamento de Cooperação Internacional, com o apoio da CAPES e do CNPq.

Em sintonia com sua história e visando consolidar sua identidade institucional, a elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional - PPI/UERJ tomou como pontos de partida dois grandes eixos: a missão da UERJ e seu compromisso com a produção e a disseminação do saber dentro de uma sociedade cada vez mais globalizada e desigual, mas também, com constantes desafios sociais, culturais e tecnológicos a serem atendidos.

4 – Missão da UERJ

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro tem como missão promover e disseminar o conhecimento da ciência e da tecnologia, da cultura e das artes, através do ensino, da pesquisa e da extensão, dentro de referenciais de excelência em todos os campos do saber, mantendo um ambiente de respeito à diversidade e o livre debate das idéias, formando profissionais capazes de constante aprendizado crítico, preparados para atuar com base nos princípios éticos e com vistas ao exercício pleno da cidadania, contribuindo assim, para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

5 – Visão de Universidade

A UERJ tem como visão de futuro, a educação enquanto compromisso com a paz, com o bem estar de todos, com a solidariedade entre os seres humanos e para com a natureza.

Compromete-se, também, com a formação plural e de competência técnica, imbuída de valores éticos, como alavanca indispensável à construção de uma nova sociedade calcada nos ideais de justiça social, de igualdade de direitos e de oportunidades, enfim, da dignidade humana e profissional.

6 – Objetivos do Projeto Político Pedagógico Institucional

O Projeto Político Pedagógico Institucional tem por objetivo proporcionar a qualidade e o desenvolvimento crítico através do ensino, da pesquisa, da extensão e cultura, buscando preparar os egressos para serem capazes de intervir e contribuir para o desenvolvimento social, econômico, político e ético, através de uma formação profissional

crítica, adequada às exigências contemporâneas, assim como direcionar o ensino-aprendizagem para a inter e a transdisciplinaridade, flexibilizando currículos.

O Projeto Político Pedagógico Institucional incorpora a compreensão das políticas nacionais de desenvolvimento científico - tecnológico de médio e longo prazos, bem como, do contexto socioeconômico. Nesta perspectiva, o Projeto visa o aperfeiçoamento das políticas e práticas educacionais de uma IES, colocando em evidência a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas dimensões políticas, social e técnico-científica.

Sendo um instrumento político, cultural e científico de elaboração coletiva, orienta as ações institucionais e tem como principais diretrizes:

- ✓ Explicitar a missão da UERJ junto à sociedade;
- ✓ Definir as prioridades institucionais em função do papel estratégico a ser exercido pela UERJ;
- ✓ Melhorar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão, mediante uma avaliação e elaboração dos currículos dos cursos de graduação, para atender às necessidades contemporâneas;
- ✓ Estabelecer uma política acadêmica que possibilite a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vistas à formação de egressos com qualidade e a uma melhor adequação às necessidades da sociedade.

7 – Dimensões da Universidade

A UERJ é uma instituição pública, socialmente referenciada, atuando em diversas áreas de conhecimento e organiza-se em quatro dimensões: Ensino; Pós-graduação e Pesquisa; Extensão e Cultura e Gestão e Administração. A ação pedagógica está presente em todas essas dimensões e é visualizada nas estruturas que caracterizam a Universidade.

7.1 – Ensino de Graduação

Uma das funções primeiras da Universidade é formação de quadros qualificados para o setor produtivo. O desafio aqui é preparar as futuras gerações para uma dada realidade produtiva, considerando, entretanto, que a velocidade na produção de novos conhecimentos, rapidamente transformados em novas técnicas, processos e produtos requer que a qualificação profissional amplie as fronteiras atuais e alargue as oportunidades da atuação de seus egressos.

É com esse entendimento que buscamos uma Política de Graduação que corresponda às mudanças exigidas das instituições de ensino superior, dentro do cenário mundial e do país, demonstrando uma nova postura, a qual faça frente às expectativas e demandas sociais, concebendo um Projeto Político Pedagógico que se evidencie através de currículos mais flexíveis e atualizados, sendo esta uma das ferramentas que colocam em movimento as diversas propostas para a formação do profissional cidadão.

Nessa direção, torna-se imprescindível a interação da universidade com a comunidade interna e externa, principalmente em relação aos demais níveis de ensino (fundamental e médio) para com os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para o cidadão a ser formado em seu interior.

A Sub-reitoria de Graduação - SR-1, responsável pelas ações da área estratégica de ensino da universidade, acompanha, supervisiona e avalia os cursos de graduação oferecidos pela UERJ. Os cursos de pós-graduação, *stricto e lato sensu*, são gerenciados pela Sub-reitoria de Pós-graduação de Pesquisa - SR-2 que, junto com a SR-1, mantém ações conjuntas de modo a permitir a sua indissociabilidade com a pesquisa.

No campo do ensino e da produção de conhecimentos, as abordagens curriculares vão mostrando seus limites, passando-se a exigir o tratamento inter e transdisciplinar e o estabelecimento de conexões entre áreas do conhecimento. Para as instituições de ensino superior, em seus distintos níveis e modalidades, este é um novo cenário, o qual exige uma nova pedagogia, a partir das novas relações sociais, produtivas e de serviços. Passa a ser necessário, portanto, não só o domínio de conhecimentos básicos, mas um aporte de conhecimentos mais avançados e o domínio do pensamento teórico e crítico, sem o qual o profissional não será capaz de pensar cientificamente a realidade, para nela intervir com competência e criticidade.

Neste contexto, na dimensão ensino, a UERJ está trabalhando no sentido de aprimorar suas ações para suprir as demandas das diversas regiões do Estado, com ênfase nas questões vinculadas ao progresso científico e tecnológico, como suporte à atualização do parque industrial e as atividades produtivas fluminenses. Através de uma visão contemporânea e pragmática, a Universidade, atenta às necessidades e às realidades sócio-econômicas regionais, enfatiza seu papel de elemento formador, contribuindo para o avanço do conhecimento instituído e/ou produzido através da inovação tecnológica, de novas formas de fazeres pedagógicos e de ações extensionistas e culturais que visam o estreitamento com a sociedade, o respeito às diversidades e a inclusão social.

7.1.1 – Objetivo

Formar profissionais qualificados teórica e tecnicamente, amparados na excelência acadêmica, respeitando-se a diversidade das áreas de conhecimento, garantida a indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, estimulando-se a inter e a transdisciplinaridade e a flexibilização curricular, com vistas ao enriquecimento da formação de quadros qualificados, comprometidos com a mudança social.

7.1.2 - Ações Estratégicas

- ✓ Atualização e reformulação das grades curriculares dos cursos de graduação, buscando adequá-los às contínuas mudanças e desafios científicos, tecnológicos e sociais;
- ✓ Aumento do número de vagas na graduação, através dos cursos existentes ou através da criação de novos cursos;
- ✓ Estímulo às atividades inter e transdisciplinares e interinstitucionais, em programas de graduação;
- ✓ Aperfeiçoamento e ampliação de programas de incentivo às atividades discentes, através da concessão de bolsas de estágio interno, monitoria, iniciação científica, internato rural e extensão, que garantam aos alunos as condições para a conclusão dos cursos, nos prazos determinados;
- ✓ Fortalecimento das atividades de ensino à distância, criando a necessária infraestrutura para atender às demandas;
- ✓ Intensificação das ações para fortalecimento de parcerias com universidades e centros de excelência nacionais e internacionais, estimulando o intercâmbio de estudantes e professores em atividades conjuntas;
- ✓ Reafirmação do exercício da autonomia didático-pedagógica;
- ✓ Valorização da política das licenciaturas;
- ✓ Acompanhamento dos egressos, constituindo-se em uma ação permanente de avaliação da pertinência e qualidade dos cursos ministrados;
- ✓ Aperfeiçoamento da informatização dos sistemas acadêmicos e dos processos de atendimento dos estudantes;
- ✓ Avaliação e aperfeiçoamento do Programa PROINICIAR, que gerencia e acompanha os alunos cotistas da Universidade;

- ✓ Valorização da relação ensino-aprendizagem através da minimização da retenção e da evasão nos cursos de graduação, da avaliação das atividades didáticas e de docência, da criação de novos procedimentos para avaliar o ensino e as atividades didáticas e de docência e do desenvolvimento da análise crítica como instrumento de mudança;
- ✓ Implementação de novas formas de atuação que facilitem a manutenção do diálogo interdisciplinar;
- ✓ Investimento nas atividades interunidades e interinstituições;
- ✓ Avaliação e revisão do processo de seleção aos cursos de graduação da Universidade.

7.2 – Pós-graduação e Pesquisa

A pós-graduação e a pesquisa na UERJ, gerenciada pela Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa – SR-2 colaboram para a consecução dos objetivos institucionais, assegurando a articulação entre a produção do saber, a formação acadêmica e profissional e a transferência de conhecimentos de modo a contribuir para o desenvolvimento da Região e do País. Ela se constitui como um programa de excelência na formação e qualificação de docentes e pesquisadores e, também, na qualificação de não-docentes que desejam ampliar as fronteiras e oportunidades da sua atuação profissional.

As diretrizes para a pós-graduação na UERJ, na perspectiva de seu Projeto Político Pedagógico, devem acompanhar as diretrizes definidas pelo MEC, no PNPG e os princípios básicos da missão da UERJ. Devem ainda, ser coerentes com a sua visão de homem, de sociedade e de mundo, o que inclui o compromisso com a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão, com o humanismo e a pluralidade, com a excelência acadêmica e com o respeito a diferentes pensamentos e práticas pedagógicas.

Na definição e execução da política da pós-graduação da UERJ ressalta-se o compromisso da Universidade com a realidade social, econômica, cultural, geográfica e tecnológica do Estado do Rio de Janeiro. Isto não significa, contudo, que a pesquisa e o ensino na pós-graduação devam estar atrelados aos interesses do Estado, ferindo o princípio da liberdade da pesquisa e a autonomia universitária.

As atividades de pós-graduação e pesquisa têm por objetivo primordial apoiar toda iniciativa da comunidade acadêmica da Universidade, em favor da criação e do acompanhamento de cursos de Pós-graduação oriundos de pesquisa científica amadurecida.

Assim, aqueles que buscam nos cursos de Pós-graduação, um campo de aprofundamento da pesquisa objetiva e bem fundamentada, certamente encontram na SR-2 o apoio necessário para realizá-lo, criando novos grupos de pesquisa ou vinculando-se aos já consolidados, enriquecidos pela produção docente aliada à discente.

Além dos cursos de pós-graduação, a SR-2 também gerencia as pesquisas desenvolvidas e os acordos de cooperação internacionais na Universidade. Essas ações buscam gerar conhecimento em todos os campos do saber, dentro de referenciais de excelência, disseminando-os no interior da academia e na sociedade, relacionados e direcionados aos compromissos sociais e da ciência.

A UERJ entende que a pós-graduação, em especial a pós-graduação *stricto sensu*, deve estar voltada para a produção de novos conhecimentos, sejam eles teóricos ou aplicados, a serem, tanto quanto possível, rapidamente incorporados aos conteúdos curriculares da graduação e da pós-graduação. Visa ainda, ao aperfeiçoamento de profissionais para atender às demandas do mercado e da pesquisa e ao estudo de alternativas de solução para os problemas vivenciados pela sociedade.

Este desafio consiste em aproveitar as oportunidades de financiamento para atuar em áreas de ponta, ainda pouco exploradas e/ou consideradas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, não deixando de levar em consideração o papel social da Universidade.

A concepção de uma política de pós-graduação na UERJ pauta-se na necessidade de expandir suas ações de formação para além da graduação, proporcionando um ambiente verdadeiramente universitário, produtor e difusor de conhecimento e de cultura, dentro de uma perspectiva regional presente no seu Projeto Político Pedagógico Institucional e no Plano Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro.

Dentre essas ações, a UERJ mantém o Programa de Capacitação Docente - Procad - visando alcançar os patamares de docentes qualificados definidos pelo MEC, colocando-se como uma das instituições de ensino superior público reconhecida pela excelência acadêmica de seus quadros e de seus cursos.

Outra ação que se destaca é seu Programa de Dedicção Exclusiva – Prociência - gerenciado em parceria com a FAPERJ, que se destina a fixar, na instituição, um quadro de pesquisadores qualificados.

Quanto ao Programa de Professor Visitante, sua existência prende-se ao fato da Universidade, em permanente expansão no nível da pós-graduação e da pesquisa,

necessitar fortalecer e criar outros cursos de pós-graduação e apoiar grupos de pesquisa existentes ou mesmo a criação de novos grupos.

7.2.1 – Objetivo

Reafirma-se a pesquisa como princípio formador. Dentre seus objetivos, destaca-se o de gerar conhecimento, em todos os campos do saber, disseminá-los através do ensino, da extensão e de outras formas de divulgação, dentro dos referenciais de excelência referidos nos Planos Nacional e Internacional, liderando a definição de agendas inovadoras que expressem compromissos com a sociedade, especialmente no tocante às políticas públicas formuladas e relacionadas às ciências, à tecnologia, às atividades culturais e artísticas, ao social, à educação, dentre outros.

7.2.2 - Ações Estratégicas

- ✓ Incentivo à implantação de programas interunidades e interinstituições;
- ✓ Incentivo à participação dos pesquisadores da Universidade em programas de pesquisas de caráter internacional, nacional e/ou regional;
- ✓ Incentivo a programas e acordos de cooperação internacional;
- ✓ Apoio institucional aos grupos de pesquisa existentes, através do fomento às iniciativas inovadoras de pesquisas;
- ✓ Participação na formulação de políticas públicas relacionadas com a ciência e a tecnologia;
- ✓ Definição de uma política de inserção institucional através de Centros e Núcleos interdisciplinares de pesquisa;
- ✓ Incentivo às ações de captação de recursos, transferência de conhecimento e tecnologias e de apoio aos pesquisadores;
- ✓ Criação de uma infra-estrutura de apoio que facilite as informações para obtenção de recursos para projetos e gestão dos mesmos;
- ✓ Manutenção e ampliação do CEADS – Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, na Ilha Grande, Rio de Janeiro.

Neste sentido, a consolidação da pós-graduação na Universidade visa propiciar, dentro da perspectiva da educação continuada, a formação e a qualificação de quadros, com capacidade para intervir nos diferentes segmentos da sociedade, contribuindo para a

resolução de demandas sociais e, conseqüentemente, agindo como agentes transformadores da realidade social através da ciência e da tecnologia.

7.3 – Extensão e Cultura

Gerenciadas pela Sub-reitoria de Extensão e Cultura - SR-3, as atividades extensionistas devem fortalecer a relação da Universidade com a sociedade, através de ações que se destinam a discutir e propor alternativas aos problemas regionais e nacionais, estimulando parcerias internas e/ou externas, criando e/ou consolidando programas, projetos e cursos de extensão universitária, presenciais ou à distância, para atender demandas qualificadas.

A Extensão Universitária é concebida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, e possibilita estabelecer transformações interativas entre a universidade e a sociedade. Através de suas ações, a extensão torna possível ao estudante de graduação, a vivência de novas práticas visando perceber a inserção social de sua profissão em um mundo desigual. Irá, ainda, subsidiá-lo para avaliar o trabalho profissional crítico que deverá exercer para colaborar com a transformação social.

7.3.1 – Objetivo

Aprimorar e expandir as ações de Extensão e Cultura garantindo a relação da Universidade com a sociedade, na busca de solução dos problemas regionais e nacionais, colocando à disposição desta sociedade, conhecimentos, tecnologias e serviços alinhados à necessidade de redução das desigualdades sociais.

7.3.2 - Ações Estratégicas

- ✓ Apoio às diversas atividades de prestação de serviços à comunidade;
- ✓ Atuação como agente de inovação, implantando incubadoras e pólos de conhecimentos e inovação, a fim de reforçar a cooperação com o setor produtivo e de serviços da sociedade fluminense;
- ✓ Ampliação dos canais de comunicação e divulgação;
- ✓ Expansão dos programas de formação continuada;

- ✓ Estímulo à participação na formulação e implementação de políticas públicas relacionadas com as múltiplas atividades de extensão universitária;
- ✓ Promoção de eventos e incentivo à realização de ações comunitárias;
- ✓ Ampliação, diversificação e avaliação das atividades extensionistas (cursos, programas, projetos, produtos);
- ✓ Aprimoramento e expansão das atividades da UNATI – Universidade da Terceira Idade;
- ✓ Expansão qualificada das atividades culturais intra e extra-muros;
- ✓ Informatização e disponibilização das atividades de extensão e cultura e seus registros.

7.4 – Gestão e Administração

A UERJ deve buscar uma forma de gestão e de organização estruturadas democraticamente de modo a permitir que seus discentes, docentes e técnico-administrativos participem ativamente das ações propostas e desenvolvidas na e pela Universidade.

A Universidade deve, ainda, desenvolver um amplo processo de simplificação, racionalização e padronização das normas e rotinas, visando à descentralização administrativa, à simplificação de procedimentos, à explicitação da delegação de atribuições e responsabilidades e à celeridade na tomada e na implantação das decisões.

A Reitoria da Universidade e suas Diretorias de Informática, de Planejamento e de Recursos Humanos, seus Conselhos Superiores e seu Sistema de Bibliotecas devem buscar aprimorar, flexibilizar e agilizar as ações administrativas, em todos os níveis, para permitir o cumprimento das atividades-fim da Universidade, de maneira ágil e descentralizada.

7.4.1 – Objetivo

A Administração Central da Universidade tem como compromisso propiciar o desenvolvimento, o aprimoramento, a consecução de meios administrativos e acadêmicos que possibilitem à Universidade cumprir seu papel social e sua missão, primando pelo funcionamento de seus diferentes organismos, de modo democrático, transparente e célere, nas suas dimensões e ações.

7.4.2 - Ações Estratégicas

✓ Criação de mecanismos que incentivem e permitam as Unidades/Órgãos incorporarem práticas de revisão e melhoria contínua dos seus processos de gestão;

✓ Compatibilização do Estatuto, do Regimento Geral e demais documentos institucionais com os princípios e diretrizes do Projeto Político Pedagógico Institucional;

✓ Estímulo, em cada Unidade Acadêmica, da revisão periódica de seus Projetos Pedagógicos de Curso, a fim de se adequarem progressivamente, ao Projeto Político Pedagógico Institucional;

✓ Ampliação das oportunidades de acesso às comunidades mais carentes, reavaliando e aperfeiçoando permanentemente, as políticas públicas destinadas a este fim;

✓ Fortalecimento e ampliação das ações de ensino no campo semipresencial e à distância, com o mesmo rigor acadêmico dos cursos presenciais de modo a permitir o atendimento de demandas oriundas de regiões distantes de seus Campi, respondendo às características regionais;

✓ Desenvolvimento da cultura da qualidade institucional em todos os níveis, funções e atividades de ensino, pesquisa e extensão;

✓ Promoção da revisão do número de bolsas estudantis existentes e seus valores;

✓ Promoção da unificação de normas e critérios para concessão de auxílios a estudantes e servidores no que concerne a: auxílio viagem, bolsas, uso de espaço físico da Universidade, dentre outros;

✓ Acompanhamento e supervisão de forma rigorosa e sistemática às atividades extracurriculares e curriculares como a iniciação científica, às atividades extensionistas e aos estágios, de modo a garantir sua efetiva contribuição para a formação profissional, ética e cidadã;

✓ Incentivo à formação continuada e a permanente qualificação de seus quadros de servidores docentes e técnico-administrativos;

✓ Investimento de recursos para a modernização do Sistema de Bibliotecas, mantendo sempre atualizado o seu acervo;

✓ Promoção permanente da avaliação institucional, em seus diferentes níveis, estimulando mudanças qualitativas na direção de uma educação comprometida com a formação plena do cidadão e com as necessidades sociais.

8 – Avaliação Institucional

Uma avaliação não pode ser entendida simplesmente, como um processo de diagnóstico exaustivo, mas também como um processo de permanente reflexão que possa relacionar e regular as funções da Universidade, as relações de autoridade, a participação e a relação dela com a sociedade. Isto é, a avaliação deve funcionar como uma engrenagem alimentadora das ações da Universidade como um todo (Sobrinho, 1999). Essa avaliação, devidamente institucionalizada, deve ser realizada internamente, auto-avaliação, e externamente, por profissionais capacitados, de modo que a Instituição possa se ver com olhares diferenciados e complementares, possibilitando assim um maior número de parâmetros e diagnósticos que poderão possibilitar e gerar intervenções e mudanças em busca de qualidade e eficiência compromisso de toda universidade pública.

Na busca de seu aprimoramento contínuo, as ações avaliativas isoladas deverão vir a ser interrompidas dando lugar a um Projeto de Avaliação Institucional Integrado. Os resultados dos processos avaliativos serão os balizadores e os referenciais para as tomadas de decisão administrativas e acadêmicas que venham ao encontro da melhoria de seus cursos e da própria instituição como um todo.

A Avaliação Institucional das Universidades tem se mantido como um dos principais temas de discussões do Ensino Superior Brasileiro desde o final da década de 80, tendo esse processo de avaliação se intensificado na década de 90, devido a forte crise na qual as universidades estavam mergulhadas (Sobrinho, 1999). Desde então, vem sendo constituído um grande sistema que consiga contemplar os mecanismos e procedimentos necessários à avaliação, incluindo alguns já existentes como o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB (1993). Neste sentido, Ferreira Stein (2002, p.59) coloca seu ponto de vista, sobre o aperfeiçoamento deste Programa, de um modo bem claro quando afirma:

“Percebem-se alguns avanços no PAIUB, no que se refere ao detalhamento das IES com a sociedade, com vistas à imersão na mesma, à sua transformação, à referência aos valores ético-políticos que promove, bem como ao significado de produção dos conhecimentos científicos, culturais, artísticos e intelectuais. A valorização da avaliação institucional para o aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Institucional, também se constitui numa inovação, bem como a organização de um banco de dados e a informatização dos mesmos.”(Stein. 2002,p.59)

O atual Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da utilização dos seus vários instrumentos, objetiva fornecer informações e orientar as ações no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, tendo sido instituído através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Em 2006, o Ministério de Educação, através da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, por intermédio do Conselho Estadual de Educação, celebraram um convênio com vista à implantação da avaliação da Educação Superior nas IES pertencentes ao Sistema Estadual, de acordo com o SINAES.

É importante ressaltar que o processo avaliativo proposto pelo SINAES teve início na UERJ, como prevê a legislação federal, com a nomeação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) em 2004, antes mesmo da exigência legal da avaliação para as IES pertencentes ao Sistema Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

A UERJ vem cumprindo a sua missão, como ressaltam os indicadores oficiais nacionais, em conjunto com parâmetros regionais, os quais apontam a UERJ como uma universidade de reconhecimento nacional e internacional, pela qualidade da sua pesquisa, de seu ensino e das relações internacionais que asseguram a realização de suas funções primordiais, em nível avançado. No plano regional, a qualidade do ensino que ministra, é reconhecida pela procura dos cursos, quando destacamos a relação de acesso candidatos/vaga e os índices de empregabilidade de nossos egressos. O crescimento das atividades de pós-graduação e pesquisa é um reflexo do crescimento progressivo da UERJ, que tem implementado políticas consistentes de ensino, pesquisa, extensão e gestão, com impactos significativos interna e externamente.

Os trabalhos desenvolvidos pela CPA – Comissão Própria de Avaliação da UERJ, nomeada em 2004, visam às análises sistemáticas dos diversos indicadores da finalidade institucional e a utilização eficiente de tais dados constitui-se em importante instrumento, capaz de fornecer subsídios à tomada de decisões, tanto no nível institucional, quanto em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão e cultura, bem como na gestão técnico-administrativa e, ainda, nas relações externas travadas pela Universidade com a sociedade.

Ao implementar seu processo de avaliação institucional é necessário estimular a participação de todos os segmentos da instituição, criando condições de desencadear um processo de discussão, em todos os níveis, visando à (re)definição de metas e objetivos

institucionais na busca do aperfeiçoamento contínuo e sistemático da qualidade na Universidade. Isto porque se acredita que quanto mais ampla e dedicada for a participação dos atores universitários, mas significativo será o processo de auto-avaliação em termos educativos. A auto-avaliação é, dessa forma, um processo social e coletivo de reflexão e de produção de conhecimentos sobre a instituição e seus cursos, compreensão de conjunto, interpretação e trabalho de transformação.

Esta complexidade do objeto e dos objetivos da avaliação depende como afirma Dias Sobrinho da concepção de avaliação e de educação que a universidade tem em mente:

“Não há um objeto único, e sim múltiplos. Da mesma forma, são muitos os efeitos que se quer produzir nas avaliações e muitos os seus promotores e beneficiários. [...] Hoje, a avaliação se aninhou no centro do poder e sua dimensão política se tornou mais forte ainda. [...] a avaliação não é uma área simples, tão pouco uma disciplina... não é um problema de limites facilmente definíveis. Ela é uma construção histórica, social, inserida nos núcleos do poder, portanto dinâmica e atravessada de contradições.” (2003, p.135-136)

9 – Considerações Finais

O novo papel da Universidade é orientado para o desenvolvimento científico-tecnológico e social, levando-se em conta que os objetivos da educação vão além do que um simples processo de ensino e de aprendizagem. Neste papel encontram-se englobados novos objetivos, tais como: a preparação da juventude para a vida, para o trabalho, para a participação social crítica e ética, assumindo a responsabilidade que lhes cabe no destino do país. Tais objetivos têm como base novas metodologias de ensino e tecnologias inovadoras, garantidas pelo caráter permanente desta educação.

Fazem parte ainda deste novo papel os compromissos da universidade para com a comunidade e para com os princípios que lhe deram origem na perspectiva de seu aprofundamento e de uma maior adequação ao momento histórico; estimular a comunidade a propor e engajar-se em atividades que atendam às demandas científicas e sociais que a sociedade dirige à universidade, desencadeando um processo avaliativo que, tendo como ponto de partida a graduação, possa vir a se estender, de forma sistemática e permanente, para as demais atividades da universidade, de modo indissociável.

Podemos dizer que hoje existe uma consciência, por parte da sociedade, de que a educação é fator fundamental para o desenvolvimento do homem e da própria instituição social. A educação é e continuará sendo um dos fatores de progresso econômico e de mudança social e atuará como transformadora, na medida em que lhe for atribuído o reconhecimento de seu papel como uma das instâncias de melhoria e modificação do *status quo*.

Além disso, o caráter histórico do trabalho e suas formas contemporâneas exigem da Universidade uma constante avaliação e mudança em seus cursos e direcionamentos político-pedagógicos, levando em conta as realidades que as engloba.

Introduzir novos métodos científicos e novas tecnologias educacionais, vivenciar a trans e a interdisciplinaridade, implantar a flexibilização curricular, alcançar a indissociabilidade entre ensino – pesquisa – extensão, prevista na LDBN e tão sonhada, são desafios colocados para a Universidade, neste momento. Capacitar os professores do ensino superior e propor a capacitação continuada dos docentes do ensino fundamental e médio constitui-se, também, em mais outro empreendimento inadiável da Universidade.

Portanto, um Projeto Político Pedagógico Institucional não deve se limitar ao atendimento de uma exigência legal, mas deve também responder às obrigações da busca contínua da qualidade no desempenho acadêmico, do aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão universitária e do fortalecimento progressivo dos compromissos sociais para com a sociedade. São estes compromissos, comuns a todas as universidades públicas, que mantêm a avaliação do Ensino Superior em pauta constante nos fóruns competentes.

“Cada Universidade tem um perfil, tem uma história. É preciso identificar esse perfil e reconstruir essa história, para avaliar o papel que esta universidade específica tem desempenhado historicamente na sociedade e frente ao desenvolvimento da ciência, e colocá-lo em discussão, especialmente para definir se é isso mesmo que a comunidade universitária (e também a comunidade em geral) quer(em) para esta universidade neste momento e no futuro”.
(Cardoso, 1991:23-24).

10 – Bibliografia

- Afonso**, A. J. (2000). Avaliação Educacional: regulação e emancipação – para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez.
- Arruda**, J.R.C. (1997). Políticas e Indicadores da Qualidade na Educação Superior. Rio de Janeiro: Qualitymark-Dunya.
- Cardoso**, M. (1991). A avaliação da universidade: concepções e perspectivas. Universidade e Sociedade. Brasília, v.1, pp.14-24.
- Casper**, G. e **Iser**, W. (2002) Futuro da Universidade. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Chauí**, M. (1995). Ética e Universidade. Universidade e Sociedade. Paraná: UEM, ano V, nº 8, p. 82-87.
- _____ (1999). Universidade em Ruínas: na República dos professores. Rio Grande do Sul; Vozes: CIPEDES.
- _____ (2000). Escritos sobre a Universidade. São Paulo: UNESP.
- Estatuto da UERJ. (1982). Decreto nº 6465, de 29 de dezembro de 1982. Rio de Janeiro
- Freire**, P.(2002). Educação e Atualidade Brasileira. 2ª ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire.
- Gonçalves Filho**, F. (2002). Enfoques Avaliativos em Revista: Concepções de Avaliação Institucional em Questão. Anais da 25ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu-MG.
- Krawcsik**, N. (2000). O Cenário Educacional Latino Americano no Limiar do Século XXI. Campinas: Autores Associados.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília.
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília.
- Martins**, C.B. (2002). A Formação do Sistema Nacional da Pós-graduação. In: Soares, M. A. S. (Org). A Educação Superior. Brasília: Capes, p. 70-106.
- Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – documento básico, uma proposta nacional (1994). Brasília.
- Moreira**, D. A (1988). Identificação de Indicadores de Qualidade na Instrução Universitária. In: Educação e Seleção. São Paulo: nº 18, p. 81-92.
- Morin**, E. (2001). Os Setes Saberes necessários à Educação do Futuro. Brasília: UNESCO/Cortez.
- Nettles**, M. T. (1999). Os Imperativos das Políticas Públicas para a Avaliação Universitária: Perspectivas de Melhoria de Faculdades e Universidades. In: A Avaliação e a Formulação de Políticas Públicas em educação. Brasília: UnB/Cátedra UNESCO de Educação à Distância, v.7.
- Plano Nacional de Pós-graduação PNPG 2005 – 2010 (2005). Brasília. CAPES/MEC.
- Regimento Geral da UERJ (1971). Parecer nº 945, de 1 de fevereiro de 1971. Rio de Janeiro.

- Santos, B. de S.** (1999). *Pelas Mãos de Alice. O Social e o Político na pós-modernidade.* São Paulo: Cortez.
- Schwartzman, S.** (1989). *Funções e Metodologias de Avaliação do Ensino Superior – Documento de Trabalho do Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior.* Brasília: NUPES.
- Soares, M. S. A S.** (org.). (2002). *A Educação Superior no Brasil.* Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- Sobrinho, J. D.** (1999). *Avaliação e Privatização do Ensino Superior* In: Trindade, Héglio (org.). *Universidade em Ruínas: na República dos professores.* Rio Grande do Sul; Vozes: CIPEDDES, p.61-74.
- _____ (1999). *Concepções de Universidade e de Avaliação Institucional.* In: Trindade, Héglio (org.). *Universidade em Ruínas: na República dos professores.* Rio Grande do Sul; Vozes: CIPEDDES, p149-170.
- _____. (2000). *Avaliação da Educação Superior.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (2003). *Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior.* São Paulo: Cortez.
- Stein, M. G. D. F.** (2002). *Avaliação Institucional: Um estudo realizado em três instituições mineiras de ensino superior.* Goiânia: Gráfica e editora Vieira Ltda.
- Trindade, H.** (1999). *A Autonomia segundo o MEC: fragilidade política e ambigüidade conceitual* In: Trindade, Héglio (org.). *Universidade em Ruínas: na República dos professores.* Rio Grande do Sul; Vozes: CIPEDDES, p.171-178.
- Villard, R.** (2005). *Tecnologia na Educação: uma perspectiva sócio-interacionista.* Rio de Janeiro: Dunya.
- Ximenes, D. de A.** (2003). *A Educação Superior, Reflexividade e Avaliação - Dinâmica Recente do Cenário Brasileiro.* Pelotas: EDUCAT.